

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.489 - MG (2015/0034587-2)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : JOSÉ AURÉLIO RIBEIRO DIAS - ESPÓLIO
REPR. POR : EGLY BICALHO MACHADO - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : FELIPE FAGUNDES CÂNDIDO E OUTRO(S) - MG098606
RAIMUNDO CANDIDO JUNIOR E OUTRO(S) - MG021209N
RECORRIDO : RUY BARREIROS
ADVOGADOS : DANIELLA SALAZAR POSSO COSTA E OUTRO(S) - SP124293
ELLEN ARIADNE MENDES LIMA E OUTRO(S) - MG087065N
RECORRIDO : INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S/A
ADVOGADOS : DANIEL DINIZ MANUCCI E OUTRO(S) - MG086414
MATHEUS TORRES DIAS - MG119047
JULIANA MANCINI HENRIQUES - MG084439N
RECORRIDO : MARCELO WAGNER FARAH
ADVOGADO : DINO MIRAGLIA FILHO E OUTRO(S) - MG086468N

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. ERRO MÉDICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. CONFIGURAÇÃO. OMISSÕES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Consta dos autos que JOSÉ AURÉLIO RIBEIRO DIAS - ESPÓLIO (JOSÉ AURÉLIO - ESPÓLIO) propôs ação de indenização por danos materiais e morais contra o INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S.A. E OUTROS (INSTITUTO MATERNO INFANTIL E OUTROS).

O juízo de primeira instância julgou os pedidos improcedentes (e-STJ, fls. 1.495/1.517).

O Tribunal estadual negou provimento ao apelo de JOSÉ AURÉLIO - ESPÓLIO em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - ERRO MÉDICO - CIRURGIA. Não se pode reconhecer erro médico a partir de indução de fato isolado do contexto dos autos, extraído de confronto com dados da perícia. Não há erro médico se do fato que fundamenta o pedido não decorre de prova inconcussa do erro. Sentença com base na perícia mantida (e-STJ, fl. 1.660).

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos por JOSÉ AURÉLIO - ESPÓLIO foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.755/1.759).

Irresignada, JOSÉ AURÉLIO - ESPÓLIO interpôs recurso especial, fundado no art. 105, III, a, da CF, alegando violação dos arts. 535, II, 128 e 460 do CPC/73; 186, 927, 932, III, 933, 949 e 950 do CC/02; e 14 da Lei nº 8.078/90, sob os argumentos de (1) negativa de prestação jurisdicional, pois não houve manifestação sobre os seguintes pontos indispensáveis ao desate da controvérsia: 1.a) preliminar de sentença *infra petita* nos moldes da delimitação da petição inicial; e, 1.b) responsabilidade do HOSPITAL por não possuir equipamento médico necessário para confirmar a ocorrência da paraplegia do falecido; (1) não foi ventilada existência de julgamento *extra* ou *ultra petita*, mas alegação *infra petita*; (2) necessidade de provimento do recurso (e-STJ, fls. 1.762/1.788).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 1.792/1.805 e 1.827/1.854).

Em juízo de admissibilidade o apelo nobre de JOSÉ AURÉLIO - ESPÓLIO não foi admitido (e-STJ, fls. 1.856/1.857), ascendendo os autos a esta Corte por via de agravo, que foi conhecido para determinar a sua reautuação como recurso especial (e-STJ, fls. 1.964/1.965).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) Da alegada violação do art. 535 do CPC/73

Assiste razão a JOSÉ AURÉLIO - ESPÓLIO quando assevera que o TJRS, apesar de provocado por embargos de declaração, não se pronunciou de forma expressa sobre as seguintes questões: 1.a) preliminar de sentença *infra petita* nos moldes da delimitação da petição inicial; e, 1.b) responsabilidade do HOSPITAL por não possuir

Superior Tribunal de Justiça

equipamento médico necessário para confirmar a ocorrência da paraplegia do falecido

Assim, tendo o recurso especial interposto por ofensa ao citado dispositivo e, em face da relevância da questão suscitada, se revela necessário o debate acerca do ponto destacado, de modo que a prestação jurisdicional seja dada de forma completa.

Nesse sentido, cito os seguintes precedentes desta Corte:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PROVA PERICIAL. MOMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO PERITO. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DISCUSSÃO ACERCA DA QUALIDADE TÉCNICO/CIENTÍFICA DO LAUDO PERICIAL. IMPUGNAÇÃO APÓS A ELABORAÇÃO DOS TRABALHOS PERICIAIS. POSSIBILIDADE (CPC, ART. 424, I). OMISSÕES RELEVANTES NO JULGADO (CPC, ART. 535). OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

8. Constatando-se violação ao art. 535, II, do CPC, por omissões acerca de questões nevrálgicas para a completa prestação jurisdicional, deve-se anular o v. acórdão recorrido para que, novamente, sejam julgados os embargos de declaração, sanando-se as omissões existentes e relevantes.

9. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp nº 1.175.317/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, DJe de 26/3/2014, sem destaque no original).

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC CONFIGURADA. OMISSÕES NO ACÓRDÃO RECORRIDO. RETORNO DOS AUTOS PARA EXAME DE TEMA ESSENCIAL AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Quando os temas suscitados nos embargos de declaração são indispensáveis ao deslinde da controvérsia e o Tribunal de origem não se pronuncia acerca de tais questões, mister a anulação do acórdão para que outro seja proferido, ante a contrariedade ao artigo 535 do Código de Processo Civil.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp nº 207.443/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe de 18/12/2012, sem destaque no original)

É condição *sine qua non* ao conhecimento do especial que as questões de direito ventiladas nas razões de recurso tenham sido analisadas pelo acórdão objurgado. Assim, recusando-se o TJMG a se manifestar sobre a matéria federal,

Superior Tribunal de Justiça

terminou por negar prestação jurisdicional à recorrente.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO SE MANIFESTOU SOBRE PONTO RELEVANTE PARA O DESATE DA CONTROVÉRSIA. OFENSA AO ART. 535 CONFIGURADA. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. REGULARIDADE.

1. Muito embora o acórdão recorrido tenha afastado uma a uma as preliminares arguidas pela recorrente, silenciou quanto a ponto fundamental ao desate da controvérsia no mérito, qual seja, a ocorrência de mora do devedor, apesar de instado a fazê-lo em sede de embargos de declaração, o que caracteriza violação ao art. 535, II, do CPC.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp nº 1.187.807/AM, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe de 28/6/2012)

É medida de rigor, portanto, o retorno dos autos ao Tribunal Mineiro para que sejam sanadas as omissões apontadas.

Fica prejudicada a análise das demais questões.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao seu recurso especial, determinando o retorno dos autos ao TJMG para que analise as questões acima destacadas, como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 04 de outubro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator